

SORRI BAURU

Demonstrações contábeis
em 31 de Dezembro de 2016

SORRI BAURU

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Milhares Reais)

Ativo	Nota	2.016	2.015	Passivo	Nota	2.016	2.015
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	384	428	Fornecedores		104	134
Recursos vinculados a convênios	6	4812	4.069	Salários, férias e encargos a pagar	8	1.442	1.172
Contas a receber		3	19	Convênios a aplicar	9	4.812	4.069
Estoques		565	628	Obrigações tributárias		295	249
Despesas antecipadas		<u>4</u>	<u>4</u>	Outras contas a pagar		<u>4</u>	<u>-</u>
Total do ativo circulante		<u>5.768</u>	<u>5.148</u>	Total do passivo circulante		<u>6.657</u>	<u>5.624</u>
Não Circulante				Não Circulante			
Imobilizado	7	2842	2635	Empréstimos e financiamentos.			-
Intangível		<u>1</u>	<u>1</u>	Provisão para contingências	10	<u>130</u>	<u>130</u>
Total do ativo não circulante		<u>2.843</u>	<u>2.636</u>	Total do passivo não circulante		<u>130</u>	<u>130</u>
				Patrimônio líquido			
				Superávit acumulado	12	<u>1.824</u>	<u>2.030</u>
Total do Ativo		<u>8.611</u>	<u>7.784</u>	Total do patrimonio líquido		<u>1.824</u>	<u>2.030</u>
				Total do Passivo e patrimonio líquido		<u>8.611</u>	<u>7.784</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SORRI BAURU

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Milhares Reais)

	nota	2.016	2.015
Receitas operacionais			
Recursos de convênios	13	19.255	18.305
Receitas com produtos e serviços		1.293	1.234
Receitas com promoções e eventos		126	232
Outras receitas com doações e contribuições		846	765
		<u>21.520</u>	<u>20.536</u>
Custo dos produtos vendidos		<u>(855)</u>	<u>(749)</u>
Lucro bruto		<u>20.665</u>	<u>19.787</u>
Despesas operacionais			
Despesas administrativas	14	(1.770)	(2.167)
Despesas com convênios	13	(19.255)	(18.305)
Despesas tributárias		(8)	(6)
Outras receitas operacionais		94	182
		<u>(20.939)</u>	<u>(20.296)</u>
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		<u>(274)</u>	<u>(509)</u>
Receitas financeiras	15	83	94
Despesas financeiras	15	<u>(15)</u>	<u>(11)</u>
Superávit do exercício		<u>(206)</u>	<u>(426)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SORRI BAURU

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Milhares Reais)

	2.016	2.015
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	(206)	(426)
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	235	225
Baixa do Imobilizado	9	27
Provisão para contingências	-	(10)
	38	(184)
Variação nos ativos e passivos		
(Aumento)/ redução nos ativos em		
Contas a receber	16	(15)
Estoques	63	(267)
Despesas antecipadas	-	-
Recursos Vinculados a convenios	(743)	(510)
Aumento/ (redução) nos passivos em		
Fornecedores	(30)	91
Salários, férias e encargos a pagar	270	4
Obrigações tributárias	46	(7)
Outras contas a pagar	4	-
Convenios a aplicar	743	510
	407	(378)
Caixa líquido decorrente das atividades operacionais	407	(378)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(451)	(474)
	(451)	(474)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(451)	(474)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos pagos	-	-
	-	-
Caixa proveniente das atividades de financiamento	-	-
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	(44)	(852)
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa - no início do exercício	428	1.280
Caixa e equivalentes de caixa - no final do exercício	384	428
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	(44)	(852)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SORRI BAURU

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Milhares Reais)

	Superávit acumulado	Total
Saldos em 1º janeiro 2015	<u>2.456</u>	<u>2.456</u>
Superavit(déficit)	(426)	(426)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>2.030</u>	<u>2.030</u>
Superavit(déficit)	(206)	(206)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>1.824</u>	<u>1.824</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SORRI BAURU

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares Reais)

	2.016	2.015
Superávit do exercício	(206)	(426)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>(206)</u>	<u>(426)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Sorri Bauru (“Entidade”) com sede na Avenida Nações Unidas nº 53-40 – Núcleo Presidente – Bauru - SP iniciou suas atividades em 1976, como entidade privada sob forma de Organização Social sem fins lucrativos, tendo como objetivo principal a realização de ações dirigidas à promoção da saúde, assistência, ensino, educação, esporte, cultura, pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico, atuando também em regime de parceria com pessoas, grupos, empresas privadas, órgãos governamentais, não governamentais e associações congêneres, para favorecimento do desenvolvimento pessoal, integração social e profissional, de pessoas com deficiência física, intelectual, auditiva, visual, social, com necessidades educacionais especiais e do portador de hanseníase, sem distinção de raça, cor, condição social, credo político ou religioso visando sua emancipação.

Em 31 de março de 2010 através do Decreto nº 53.375/08, qualificou a Sorri Bauru como organização social da área da saúde. Sua missão é promover os direitos humanos com ênfase nos direitos das pessoas com deficiência.

As atividades da Entidade são suportadas financeiramente por meio de convênios firmados com os governos federais, estaduais e municipais, parcerias com organizações particulares, órgãos oficiais estatais, nacionais ou internacionais.

Em 06 de outubro de 1977 foi declarada como Utilidade Pública Municipal pela Lei nº 2030. A Utilidade pública Estadual foi declarada pela Lei nº 2686 de 30 de dezembro de 1980.

A Portaria SAS/MS nº 733 de 2 julho de 2013 habilitou a Sorri Bauru como CER III (Centro Especializado em Reabilitação e Oficina Ortopédica), que faz parte do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver sem Limite.

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, a Entidade goza do benefício de isenção do pagamento de tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos 167 a 174 do Regulamento de Imposto de Renda e aprovado pelo decreto nº 3.000 de 26/03/99 e artigo 195 da Constituição Federal.

De acordo com o inciso VI do artigo 150 da Constituição Federal, é vedado aos Estados a instituição de imposto sobre o patrimônio, renda ou serviços de instituições de educação e assistência social sem fins lucrativos.

De acordo com o Estatuto Social, em caso de dissolução ou extinção, o patrimônio social remanescente é destinado para uma Organização Social ou afim, sem fins econômicos e lucrativos.

Para o exercício de 2017 foram tomadas medidas que visam novos aportes de recursos financeiros para viabilizar a operação das atividades da Entidade.

Por outro lado, foram buscadas formas de ampliação de entrada de receitas com a ampliação dos convênios existente com Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal Bem Estar Social, Secretaria Municipal de Saúde. Projetos referentes ao Pronas (programa Nacional de Apoio à Atenção de Saúde da Pessoa com Deficiência) do Ministério da Saúde: Projeto Bebês Prematuros ”Programa de Estimulação ao Desenvolvimento e apoio Emocional às Mães” e Siconv

2º Programa de Qualificação e Aprimoramento da Equipe Multiprofissional. E o projeto da Oficina de Beleza financiado pelo Instituto Cooperforte.

Atividades sociais

A SORRI BAURU em conformidade com os convênios firmados, parcerias e recursos próprios encerra o exercício de 2016 com 3.687 usuários e sendo 173.770 atendimentos, onde focou medidas para melhorar a acessibilidade e igualdade de oportunidades, promover a participação e inclusão e elevar o respeito pela autonomia e dignidade das pessoas com deficiência nas esferas da Saúde, educação e Assistência.

2. Base de preparação

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e Resolução nº 1409/2012 do Conselho Federal de Contabilidade, que aprovou a interpretação ITG 2002(R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros, que trata de orientações específicas para entidades sem Finalidade de Lucros.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 13 de março de 2017.

b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis da Entidade são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 3.d – Vida útil dos bens do ativo imobilizado;
- Nota explicativa nº 11 – Provisão para contingências;

- Nota explicativa nº 18 – Instrumentos financeiros.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

a) Instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Entidade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Entidade classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e tomam decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis e que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber de clientes.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

Recursos vinculados a projetos

Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para fazer frente às obrigações do contrato de gestão de projetos.

Passivos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

- Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

Durante os exercícios de 2016 e 2015, a Entidade não operou com instrumentos financeiros derivativos (operações de *hedge*, *swap*, contratos a termo e outras).

b) Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas com projetos

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. Os valores recebidos e empregados dos Contratos de Gestão e Projetos são registrados da seguinte forma, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC07 (R1):

- recebimento dos recursos: Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido um ativo (recursos vinculados a projetos) em contrapartida a projetos a executar no passivo circulante;
- consumo como despesa: Quando ocorrem os gastos dos contratos de gestão, são reconhecidas as despesas e receitas correspondentes em montantes equivalentes, ou seja, sem Impacto no resultado do exercício;
- aquisição de bens: Quando ocorre a aquisição de bens dos contratos de gestão são reconhecidos os ativos imobilizados, em contrapartida a uma receita diferida no passivo não circulante (recursos aplicados em imobilizados);
- rendimentos de aplicações financeiras: Quando ocorre o rendimento de aplicações financeiras de recursos incentivados são reconhecidos os acréscimos de ativos em contrapartida a projetos no passivo circulante.

Em consequência à prática contábil adotada pela Entidade, os efeitos no resultado do exercício relacionados aos projetos são nulos, pois todas as despesas incorridas com esses projetos são vinculadas a recursos recebidos com utilização específica nesses projetos. Dessa forma, eventual superávit ou déficit apurado pela Entidade corresponde apenas às receitas de doações livres e despesas administrativas não cobertas pelo contrato de gestão, sendo estes valores imateriais nas operações da Entidade.

c) Estoques

Os estoques são mensurados e apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados.

d) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou doação, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável acumuladas, quando necessário.

Depreciação

A depreciação acumulada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

As vidas úteis estimadas para os períodos corrente e comparativo são as seguintes:

	Anos
Edificações e benfeitorias	60
Máquinas e equipamentos	20
Móveis e utensílios	10
Veículos	5
Equipamentos de informática	3

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Custos subseqüentes

Gastos subseqüentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Associação. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

e) Redução ao valor recuperável – Impairment

i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Entidade sobre condições de que a Entidade não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Entidade considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para contas a receber de clientes e outros créditos) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto a perda por redução ao valor recuperável. O contas a receber e outros créditos individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto a perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Entidade utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra o contas a receber e outros créditos. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Entidade, que não os estoques, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa (UGC) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (UGC).

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes o UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC), e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de realização do teste de redução ao valor recuperável.

f) Benefícios a empregados

Benefícios de término de vínculo empregatício

Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando está comprovadamente comprometido, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício em função de uma oferta feita para estimular a demissão voluntária.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

A Entidade não mantém planos de pensão, previdência privada ou qualquer outro plano de aposentadoria ou de benefícios para os empregados e dirigentes após sua saída. Adicionalmente, também não mantém plano de benefícios a dirigentes e empregados na forma de planos de bônus ou de participações.

g) Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são determinadas através do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente, são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

h) Impostos e contribuições

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, a Entidade goza do benefício de isenção do pagamento de tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos 167 a 174 do Regulamento de Imposto de Renda e aprovado pelo decreto nº 3.000 de 26/03/99 e artigo 195 da Constituição Federal.

De acordo com o inciso VI do artigo 150 da Constituição Federal, é vedado aos Estados a instituição de imposto sobre o patrimônio, renda ou serviços de instituições de educação e assistência social sem fins lucrativos.

i) Aspectos ambientais

As instalações da Entidade são sujeitas à regulamentações ambientais. A Entidade diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais, controles e investimentos em equipamentos. A Entidade acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

4. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Entidade exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Caixa e equivalentes de caixa

São definidos como ativos destinados à negociação. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

Contas a receber e outros créditos

O seu valor justo é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
Bancos conta movimento	1	7
Aplicações financeiras	379	421
Cheques em custódia	4	-
	384	428

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

6. Recursos vinculados a convênios

	2016	2015
Bancos conta movimento	-	12
Aplicações financeiras	4.812	4.057
	4.812	4.069

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Os recursos vinculados a projetos referem-se a recursos recebidos pela Entidade que serão utilizados exclusivamente no contratos de convênios. Maiores detalhes sobre os projetos estão detalhados na nota explicativa nº 09.

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remunerados de acordo com as médias de remuneração do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

7. Estoques

	2016	2015
Materia Prima Estesiometro	133	25
Materiais Ortopedia	98	97
Estesiometro	132	343
Material de escritório	28	37
Material de consumo	133	102
Material de limpeza	41	24
	565	628

8. Imobilizado

Custo	Terrenos	Edifícios e Benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Equipamentos de informática	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	430	2.292	336	621	274	231	4.185
Adições	-	232	48	137	38	18	473
Baixas	-	-	-	-	(27)	-	(27)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	430	2.524	384	758	285	249	4.631
Adições	-	279	74	72	-	26	451
Baixas	-	-	-	-	-	(9)	(9)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	430	2.803	458	830	285	266	5.073

Depreciação	Terrenos	Edifícios e Benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Equipamentos de informática	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	(1.151)	(149)	(210)	(125)	(136)	(1.771)
Adições	-	(35)	(36)	(55)	(52)	(47)	(225)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	(1.186)	(185)	(265)	(177)	(183)	(1.996)
Adições	-	(38)	(43)	(62)	(43)	(49)	(235)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	(1.224)	(228)	(327)	(220)	(232)	(2.231)
Valor líquido contábil em 31 de dezembro de 2015	430	1.338	199	493	108	66	2.635
Valor líquido contábil em 31 de dezembro de 2016	430	1.579	230	503	65	34	2.842

9. Obrigações trabalhistas

	2016	2015
Salários e rescisões a pagar	746	636
INSS a recolher	78	70
FGTS a recolher	141	129
Contribuição sindical a recolher	5	5
Provisão de férias e encargos	472	332
	1.442	1.172

10. Convênios e projetos a aplicar

	2016	2015
Convênios e projetos a aplicar	4.812	4.069

	Recursos de Convênio e Projetos			Obrigações Com Projetos e Convênios
	Conta Movimento	Aplicação Financeira	Total Recursos Vinculados a Convênio	Obrigações totais a Realizar com Projeto
SICONV SUS	-	38	38	38
Curso Ortese Protese	-	-	-	-
PRONAS	-	19	19	19
Emenda Parlamentar	-	121	121	121
SICONV projeto capacitacao	-	455	455	455
SICONV projeto pesquisa	-	2.119	2.119	2.119
SEID MUNICIPAL	-	-	-	-
CONVENIO EDUCACAO	-	-	-	-
INCLUSÃO PRODUTIVA	-	-	-	-
Convenio PSF Reserva	-	1.310	1.310	1.310
Convenio SUS/CER	-	255	255	255
Convenio PSF Federal	-	154	154	154
Convenio PSF Municipal	-	181	181	181
FUTSAL AUXILIO	-	-	-	-
FUTSAL TRANSFORMAÇÃO	-	43	43	43
PROJ. ADEQ. SANITARIOS	-	116	116	116
Saldos em 31/12/2016		4.812	4.812	4.812

Apresentamos a seguir os projetos em andamento para os quais os recursos estão disponíveis, valores esses apresentados no passivo circulante da entidade

Projeto	Sintese do Objeto	Orçamento Total Projeto – R\$	Valores já disponibilizados – R\$	Valores gastos – R\$	Obrigações – R\$
SICONV SUS	Compra medicamentos	38	38	-	38
Curso Ortese Protese	Curso capacitação profissionais	42	42	42	-
PRONAS	Capacitação e aperfeiçoamento de sua equipe técnica.	292	292	273	19
Emenda Parlamentar Equipamentos	Compra de imobilizado	144	144	23	121
SICONV projeto capacitação	Capacitação e aperfeiçoamento de sua equipe técnica.	682	682	227	455
SICONV projeto pesquisa	Projeto pesquisa a bebês prematuros	2.119	2.119	-	2.119
Convenio SUS/CER	Serviços ambulatoriais e dispensação de equipamentos	4.540	4.540	4.285	255
Convenio PSF Federal	Prestação de assistência em saúde	3.661	3.661	3.507	154
Convenio PSF Municipal	Prestação de assistência em saúde	7.327	7.327	7.146	181
Convenio PSF Reserva	Prestação de assistência em saúde	1.310	1.310	-	1.310
Convenio SEID municipal	Desenvolvimento do serviço de proteção especial para pessoas	1.044	1.044	1.044	-
Futsal inclusivo transformação	Materiais educativos e esportivos	224	224	181	43
Futsal inclusivo auxílio	Maquinas e equipamentos esportivos	-	-	-	-
Convenio Inclusão Produtiva	Preparação para trabalho e renda	127	127	127	-
Convenio Educação	Atendimento multidisciplinar visando processo de aprendizagem	1.941	1.941	1.941	-
Projeto adequação sanitários	Reforma dos sanitários	125	125	8	117
		23.617	23.617	18.805	4.812

Por intermédio da Prefeitura Municipal de Bauru sendo firmado em 2013 o Convênio SUS, Convênio CER (Centro Especializado em Reabilitação) e Oficina Ortopédica com prestação de assistência em saúde através de serviços ambulatoriais, prestando atendimento e acompanhamento em reabilitação nas múltiplas deficiências e atendimento/acompanhamento intensivo de paciente em reabilitação (auditiva, física e intelectual) a qualquer indivíduo que deles necessite, observada a sistemática de referência e contrarreferência do Sistema Único de Saúde – SUS. No exercício de 2016 foi repassado o valor de R\$ 2.400 (CER), R\$ 648 (Oficina ortopédica) e R\$ 1.123 (SUS/FAEC) e seus rendimentos de aplicação totalizaram de R\$ 8.

A parceria Sorri Bauru e Secretaria Municipal de Saúde de Bauru – SMS, garante, há 14 anos, porta de entrada qualificada para o Sistema Único de Saúde – SUS, para os residentes dos bairros Santa Edwiges, Jaraguá, Nove de Julho, Fortunato Rocha Lima, Vila Dutra, Santa Cândida, Vila São Paulo, Pousada da Esperança I e II, Jardim Ivone, Nova Bauru, Jardim Godoy, Parque Santa Cecília, Parque São Geraldo, Vila Garcia, Jardim Marília e Jardim TV.

As equipes da ESF, a partir das realidades locais, planejam e realizam ações de promoção, prevenção, recuperação e reabilitação da saúde; articulam com os diversos setores da rede de saúde e comunidade, mantendo-se em permanente interação com a população, buscando sua mobilização e participação ativa na construção do processo de saúde.

Em 2016 atuaram 183 profissionais em 13 equipes, sendo 11 completas, 2 equipes de Agentes Comunitários de Saúde que atuam em parceria com profissionais da SMS e mais 1 equipe substituta. Dos 45 profissionais de nível superior, 84,44% têm especialização ou residência em Saúde da Família concluídas ou estão em fase final de conclusão.

A resolutividade é de 91% de pessoas que procuraram as Unidades de Saúde da Família e tiveram suas queixas resolvidas no próprio serviço.

Estão em operação dois convênios, o Programa de Saúde da Família Municipal foi aplicado o valor de R\$ 7.146 e o Programa de Saúde da Família Federal foi repassado o valor de R\$ 3.507. E um saldo de convênio de reserva para contingências de R\$ 1.310.

Os valores apresentando em Convênios a aplicar representam os montantes já recebidos financeiramente e ainda não empregados nos projetos e que serão reconhecidos ao resultado de acordo com o regime de competência a medida que ocorrerem os gastos relacionados aos projetos. Ressaltamos que, conforme demonstrado na nota explicativa 3(b), o reconhecimento contábil da receita dos recursos vinculados a projetos ocorre inicialmente pelo reconhecimento de uma receita diferida no passivo, sendo levada ao resultado do exercício quando da incorrência e na mesma proporção das despesas com os projetos.

Por força dos Contratos de Convênios, a Entidade está obrigada a cumprir o que está determinado no plano de trabalho, as quais são prestados contas mensalmente, trimestralmente ou anualmente dependendo da formalização do convênio. Foram recebidos no exercício: SUS/FAEC (R\$ 1.123), CER (R\$ 2.400), Oficina ortopédica (648), PACS/PSF Federal (R\$ 3.603), PACS/PSF Municipal (R\$ 5.972), SEID Municipal (R\$ 1.034), SEID Federal (R\$ 68), Educação Auxílio (R\$ 39), Educação (R\$ 1.919), SEID Federal Exercício Anterior (R\$ 6), Inclusão Produtiva (R\$ 126), Inclusão Produtiva 3ª fase Auxílio (R\$ 12), Convênio Futsal Inclusivo transformação (R\$ 219), Pronas projeto de pesquisa (R\$ 2.119).

11. Provisão para contingências

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais envolvendo questões trabalhistas.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	2015			2016
	Saldo Inicial	Utilização	Adição	Saldo Final
Trabalhistas	130	(28)	28	130

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível sem mensuração com suficiente segurança, no montante de R\$ 200 para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

12. Partes relacionadas

A Entidade não possui partes relacionadas e os membros do Conselho Fiscal e Conselho Administrativo não é remunerado, a qualquer título.

13. Patrimônio líquido

O patrimônio líquido da Sorri Bauru foi formado pelas doações recebidas e pelos (déficits)/superávit acumulados.

De acordo com o Estatuto Social, em caso de dissolução ou extinção, o patrimônio líquido remanescente é destinado para uma Organização Social ou afim, sem fins econômicos e lucrativos.

A Entidade não distribui aos seus associados, conselheiros, diretores ou doadores quaisquer eventuais excedentes operacionais anuais, brutos ou líquidos, bonificações, participações ou parcelas de seu patrimônio, auferido mediante o exercício de suas atividades, aplicando tais valores integralmente na consecução do seu objetivo social.

14. Receitas e despesas convênios e projetos

Receitas com Convênios e projetos

	2016	2015
Recursos de convênios		
Curso Ortese e Protese	42	77
Imobilizado Veiculos	-	37
Siconv SUS	-	67
Pronas capacitação	273	132
Siconv equipamentos	23	178
Pronas 2 programa capacitação	227	-
SUS/CER/Oficina ortopedica	4.285	4.265
Educação	1.940	1.765
Educação auxílio	40	96
Seid Municipal	1.044	1.005
PSF Federal reserva	-	190
Seid Federal	69	62
Futsal inclusivo transformação	181	-
Futsal inclusivo auxilio	1	-
PSF Municipal 1824/2013	7.147	5.853
PSF Federal 1824/2013	3.507	4.074
Inclusão produtiva	127	128
Seid Federal anterior	6	11
Suporte a Inclusão Escolar	-	73
Inclus. Produtiva 3ª Fase Auxilio	13	8
Projeto vara do trabalho	-	59
Leo Pizza	1	-
Projeto Coperforte	-	7
3 Vara Criminal	7	-
Bacalhoada	50	-
Projeto Tauste Ampl. Oficina Ortopedica	81	212
Projeto Documentação	-	4
Festa Sanduiche bauru	4	-
Projeto adequação sanitários	9	-
Projeto trabalho para todos	49	-
Projeto pro vida	124	-
Sanduiche mortadela	5	-
Outros	-	2
	19.255	18.305

Despesas com Convênios e projetos

	2016	2015
Recursos de convênios		
Curso Ortese e Protese	42	77
Imobilizado Veiculos	-	37
Siconv SUS	-	67
Pronas capacitação	273	132
Siconv equipamentos	23	178
Pronas 2 programa capacitação	227	-
SUS/CER/Oficina ortopedica	4.285	4.265
Educação	1.940	1.765
Educação auxílio	40	96
Seid Municipal	1.044	1.005
PSF Federal reserva	-	190
Seid Federal	69	62
Futsal inclusivo transformação	181	-
Futsal inclusivo auxilio	1	-
PSF Municipal 1824/2013	7.147	5.853
PSF Federal 1824/2013	3.507	4.074
Inclusão produtiva	127	128
Seid Federal anterior	6	11
Suporte a Inclusão Escolar	-	73
Inclus. Produtiva 3ª Fase Auxilio	13	8
Projeto vara do trabalho	-	59
Leo Pizza	1	-
Projeto Coperforte	-	7
3 Vara Criminal	7	-
Bacalhoada	50	-
Projeto Tauste Ampl. Oficina Ortopedica	81	212
Projeto Documentação	-	4
Festa Sanduiche bauru	4	-
Projeto adequação sanitários	9	-
Projeto trabalho para todos	49	-
Projeto pro vida	124	-
Sanduiche mortadela	5	-
Outros	-	2
	19.255	18.305
Recursos de convênios		

15. Despesas administrativas

	2016	2015
Salários e encargos sociais	1.534	1.806
Despesas gerais	15	139
Depreciação	213	211
Voluntariado	8	11
	1.770	2.167

16. Receitas e despesas financeiras

	2016	2015
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	82	91
Outras receitas financeiras	1	3
	83	94
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(15)	(11)
Imposto de renda sobre aplicações financeiras	-	-
	(15)	(11)
Receitas financeiras líquidas	68	83

17. Gratuidade

Considerando a promulgação da Lei 12.101 em 27 de novembro de 2009 que dispõe sobre a certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social, para fazer jus ao Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS), a entidade de assistência social deve oferecer suas ações de forma gratuita, continuada e planejada e manter escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade.

Ainda, de acordo com o Decreto 7.237 de 20 de julho de 2010 que regulamenta a Lei nº 12.101, as ações das entidades beneficentes de Assistência Social poderão ser executadas por meio de parcerias com entidades privadas, sem fins lucrativos, que atuem nas áreas da Assistência Social e/ou Educação e/ou Saúde firmadas mediante ajustes ou instrumentos de colaboração.

A Sorri Bauru assina anualmente com as entidades Convênios de Cooperação que estabelecem as responsabilidades e obrigações das partes, bem como valores dos recursos financeiros para o custeio das operações necessárias à realização de sua missão estatutária.

18. Instrumentos financeiros

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Gestão de risco de capital

A Administração da Entidade gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos.

Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado.

Os instrumentos financeiros mantidos pela Sociedade são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo.

Riscos associados

A Entidade opera apenas com Instrumentos financeiros não-derivativos que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a receber, contas a pagar, salários, férias e encargos.

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros de mercado, se aproximando, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Durante este exercício a Entidade não realizou operações com derivativos.

Em função das características e forma de operação, bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2016, a Entidade está sujeita aos fatores de:

Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco de a Entidade incorrer em perdas decorrentes de contribuições a receber decorrentes da falha dos contribuintes em cumprir com suas obrigações. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Entidade sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre suas aplicações financeiras. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Empresa busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pós-fixadas.

19. Cobertura de seguros

A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros contra incêndio e risco diversos para os bens do ativo imobilizado por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza de sua atividade e o grau de risco envolvido. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.